

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202404/1022

Tipo Oferta: Mobilidade Interna

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Educação

Orgão / Serviço: Secretaria-Geral da Educação e Ciência

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: A detida na situação jurídico-funcional de origem.

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho: Um posto de trabalho, em regime de mobilidade na categoria, para a Direção de Serviços de Gestão do Património, unidade orgânica da Secretaria-Geral da Educação e Ciência, cujas competências se encontram descritas no artigo 9.º da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, especificamente as decorrentes das alíneas c) e d).

Requisitos de Admissão

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Eng Civil, Eletrónica, Tecn Digitais, Edifícios e Construção Sustentável, Arquitetura ou áreas afins

Grupo Área Temática

Área Temática Ignorada

Sub-área Temática

Área Temática Ignorada

Área Temática

Área Temática Ignorada

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Secretaria-Geral da Educação e Ciência	1	Av. Infante Santo, n.º 2, 2º	Lisboa	1350178 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: Perfil pretendido:

- Conhecimentos sólidos e experiência relevante em gestão de recursos;
- Capacidade de análise da informação, facilidade de exposição e sentido crítico;
- Apetência para formular propostas e equacionar soluções no quadro das funções a exercer;
- Capacidade de planeamento e organização pessoais;
- Fluência oral e escrita;
- Bom relacionamento interpessoal;
- Facilidade para trabalhar em equipa e partilhar pontos de vista;
- Capacidade de adaptação e melhoria contínua;
- Espírito de iniciativa;
- Domínio de informática na ótica do utilizador.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: dsgrh@sec-geral.mec.pt

Contacto: 21 781 16 00

Data Publicitação: 2024-04-23

Data Limite: 2024-05-09

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

Texto Publicado em Jornal Oficial:

Observações

Formalização das candidaturas:

- Requerimento dirigido à Secretária-Geral Adjunta, Dra. Ana Almeida, com a menção expressa da modalidade de vínculo de emprego público detido, do serviço de origem, da categoria, da posição e nível remuneratórios e respetivo montante, assim como da morada, contacto telefónico e endereço eletrónico, e indicação expressa do código de oferta de emprego a que se está a candidatar.
 - A candidatura deve ser enviada para o seguinte endereço eletrónico: dsgrh@sec-geral.mec.pt.
- A candidatura deve ser acompanhada dos seguintes elementos:
- Curriculum profissional detalhado;
 - Documentos comprovativos das habilitações literárias.

O método de seleção será a entrevista profissional. A seleção será efetuada tendo por base os elementos constantes da respetiva candidatura, sendo chamados a realizar uma entrevista profissional apenas os candidatos que reúnam os requisitos de admissão.

Em cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados, informa-se que os dados pessoais solicitados em sede de manifestação de interesse neste procedimento, apenas serão utilizados para efeitos do presente recrutamento. Para este efeito, os interessados consentem a recolha dos seus dados pessoais, o seu tratamento e transmissão a terceiros envolvidos no processo de operacionalização do mesmo, bem como a sua manutenção durante o prazo legal estabelecido. Este consentimento deve constar do requerimento de candidatura. Em qualquer momento podem ser exercidos os direitos de acesso e oposição ao tratamento dos dados, nos termos da legislação em vigor.

